



## OLHARES E SENTIDOS DOS PROFESSORES SOBRE O MODELO DE ESCOLA MILITARIZADA NO ESTADO DE RORAIMA

Lana Camila Santos Gonçalves<sup>1</sup>  
Sandra Moraes da Silva Cardozo<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo desenvolve uma reflexão acerca da implantação de escolas públicas militarizadas no estado de Roraima. O Estado de Roraima possui 18 colégios militarizados, oficializados pelo Decreto nº 25.974-E de 24 de setembro de 2018. Instituídos como colégios estaduais militarizados, a sua criação foi justificativa no combate a violência nas escolas. Isso gerou debates entre os profissionais da educação sobre a proposta do modelo. Para orientar as nossas reflexões teóricas sobre a violência escolar, utilizamos as contribuições de Johan Galtung (1998), Marilena Ristum (2010) e demais autores. O estudo teve o objetivo de analisar as concepções dos gestores e professores sobre o modelo de escola militarizada e as implicações desse modelo para a Educação pública do Estado de Roraima. A investigação foi realizada em algumas das escolas militarizadas, localizadas na zona urbana de Boa Vista-RR e em Rorainópolis-RR. Usamos a metodologia qualitativa de coleta e de análise dos dados. Como técnica de coleta foram feitas entrevistas e questionários com professores e gestores. Para análise usamos a análise de conteúdo de Bardin (2000). O estudo evidenciou uma aceitação unânime entre os professores e gestores. Analisamos que os professores possuem dificuldade de compreensão sobre as implicações desse modelo para sua própria valorização profissional. Alguns professores valorizam a disciplina como projeto de construção de conhecimentos, além de não valorizarem uma concepção humanística de educação.

**Palavras-chave:** Violência escolar, Escola Militarizada, Concepção de Professores.

### INTRODUÇÃO

Este estudo inicial faz parte da pesquisa desenvolvida no Grupo de estudo e de investigação intitulada “conflito e violência no contexto educativo em Boa Vista-RR” do Curso de Letras da Universidade Federal de Roraima, coordenado pela Profa. Dra. Sandra Moraes da Silva Cardozo.

Atualmente existem 18 escolas-civil militares no estado de Roraima, essas escolas estão normatizadas pelo decreto nº 25.974-E, de 24 de setembro de 2018.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Letras/Literatura da Universidade Federal de Roraima – UFRR, [lannakamilalf@gmail.com](mailto:lannakamilalf@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação – Professora do Curso de Letras - Universidade Federal de Roraima – UFRR, [sandra.cardozo@ufr.com](mailto:sandra.cardozo@ufr.com)



Os colégios estaduais militarizados foram criados com a justificativa de conter a violência nas escolas, o que gerou um debate entre os profissionais da educação, que julgam se o método é ou não eficaz. Diante disso, a questão de investigação desse estudo foi: Que concepção de educação os professores que atuam em escolas militarizadas possuem? O objetivo foi identificar as teorias e argumentações que os professores possuem sobre educação na relação com a militarização.

O questionário foi composto por 11 perguntas discursivas, a qual compreendem a opinião dos educadores referente à educação e o processo de implantação da militarização na educação básica de Roraima. Mesmo com professores de diferentes áreas, obtivemos uma opinião unânime de aceitação quanto à militarização, notou-se a paridade nas declarações e também a repetição de termos, que justificam (em partes) as semelhanças de todas as respostas.

As grandes reflexões apresentadas nesse trabalho foram desenvolvidas através de correntes teóricas que debatem a violência no ambiente educacional, bem como as pesquisas tratadas por Marilena Ristum e Johan Galtung, que ajudam a direcionar o olhar crítico para a observação da grande responsabilidade social que as instituições possuem na construção do indivíduo.

## **METODOLOGIA**

Usamos a metodologia qualitativa de análise de coleta e de análise dos dados. Como técnica de coleta foram feitas entrevistas com professores e gestores, e como técnica de análise, usamos a análise de conteúdo de BARDIN (2000). A operacionalização da análise destacou os excertos (corte semântico) mais significativos, que correspondem ao tema para construção das unidades de contexto. Utilizamos a leitura flutuante em BARDIN (2001) para a construção das menções mais significativas na construção das unidades de contexto para codificação das unidades de registro temática. A investigação foi realizada em três das escolas militarizadas, localizadas na zona urbana da cidade de Boa Vista-RR e da cidade de Rorainópolis-RR. Foram realizadas as entrevistas com sete professores, sendo dois do sexo feminino e cinco do sexo masculino, com idade entre 25 a 56 anos, e de 05 a 26 anos de tempo como educador. A pesquisa abrangeu professores de diferentes áreas de formação, com graduação em Letras, História, Pedagogia, Ciências da Natureza e Educação Física. As entrevistas aconteceram entre outubro de 2019 a março de 2019.



## 1. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os setes entrevistados foram representados por áreas da seguinte forma: A (Educação Física), B (Letras), C (Ciências da Natureza), D (Pedagogia), E (Geografia), F (História) e G (Magistério).

O entrevistado A quando questionado sobre seu posicionamento quanto a escola militarizada afirmou que:

*“No início da minha experiência com este modelo eu não via com bons olhos. Hoje eu considero muito importante e benéfico para o ensino. Pois o militarismo exige disciplina e bom comportamento nas escolas. Virtudes que convenhamos, quem trabalha na educação sabe que falta bastante aos nossos alunos”.*

O professor também frisa a importância da presença dos militares nas instituições de ensino alegando:

*“A desmitificação da imagem do policial repressor e malvado”, “[...]melhora nos índices pedagógicos” e o “[...]arrocho saudável causado pelos militares”.*

O entrevistado B quando questionado se concorda com as práticas utilizadas pelos militares respondeu que:

*“eles não fazem nada fora da lei, não maltratam, eles mesmo dizem que são muito limitados por conta do ECA que defende crianças e adolescentes. E para os alunos que se destacam eles fazem premiações, ganham alamar e sobem de patente. Os alunos se sentem muito estimulados a melhorar”.*

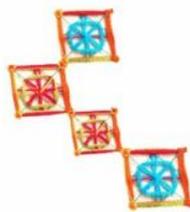
O entrevistado B complementa ainda que, segundo sua visão de educador:

*“todas as escolas deveriam ser militarizadas”, e que hoje os alunos “já pensam em seguir a carreira policial, servir o exército. A militarização muda vidas”*

O entrevistado C quando questionado sobre o processo de militarização afirmou:

*“a militarização veio como um escape para a instituição”, quando questionado sobre os argumentos contra e a favor da militarização, o educador diz que “de oito escolas, a militarizada foi a de melhor resultado”, [...] “incito quem for contra esse projeto, que mostre um modelo melhor e que funcione.”*

O entrevistado D argumenta que o seu papel como educador é



*“de moderador, o de cumprir as ordens e fazer cumprir e “quem é contra o militarismo na escola é defensor da anarquia e do banditismo”*

O entrevistado E argumentou que:

*[...]quem critica é porque não conhece”[...] e que “este modelo de escola contribui para a qualidade de ensino porque requer uma maior disciplina”*

Para o entrevistado F a militarização é:

*“um suporte para a educação, pois permite segurança e valorização do professor.”[...] A militarização contribui para o ensino e para o papel do educador, que é o de formar cidadãos críticos para competirem no mercado de trabalho.”*

O entrevistado G se posiciona sobre a militarização da seguinte forma:

*“A presença dos militares contribui nas questões sociais [...] a escola de qualidade não é escola militarizada, precisa-se de um investimento mais direcionado, tanto nas estruturas (prédios) quanto na formação continuada dos professores.”*

Percebemos que a posição dos professores sobre a escola militarizada se justifica por três fatores: a) disciplina; b) o respeito à hierarquia; c) a segurança contra a violência.

Examinando detalhadamente as sete entrevistas, percebemos que o termo a “disciplina” foi usado por grande dos entrevistados como critério principal de aceitação da militarização. O termo a “segurança contra a violência” foi a segunda opção mais usada pelos professores. E em terceiro lugar o “respeito à hierarquia”.

Quanto aos índices pedagógicos e ao desempenho acadêmico, nenhum professor apresentou dados ou evidências sobre isso. Apenas dois entrevistados citaram a melhoria no ensino-aprendizagem e a maior participação dos alunos. Todos os entrevistados afirmaram ter conseguido melhoras comportamentais em suas salas de aulas.

Analisando as entrevistas, percebemos que os sentidos adotados pelos professores não consideram uma Educação para o diferente, que valoriza as relações afetivas e a construção de valores sociomoraes. O foco é a questão disciplinar e a solução de conflitos nas relações pedagógicas. Isso nos remete as reflexões de FLICKINGER (2018, p. 440) em supor que “a Organização Tradicional não está acompanhando as reformas pedagógicas, na verdade, estão

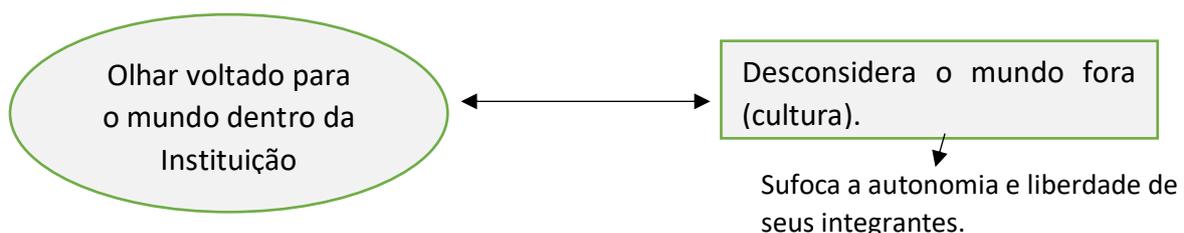


entrando em choque”. Alguns entrevistados continuam com um pensamento tecnicista sobre o processo de ensino-aprendizagem, por conseguinte, temos uma defesa de uma pedagogia militarista em confronto com uma pedagogia humanística.

Percebemos que a principal defesa “ disciplina” é uma camuflagem para a aplicação comportamental puramente dócil e servil para os estudantes, em que a obediência é o método mais rápido para exigir o “respeito ao superior”. A palavra camuflagem foi dita anteriormente justamente pela educação abranger uma enorme dimensão social, a qual fatores além da sala de aula precisam ser questionados e observados. É preciso avaliar as consequências desse método fora do ambiente escolar. Afinal, o aluno apresentou mudanças por intimidação? Seu comportamento mudou apenas no ambiente escolar? A vantagem da militarização está apenas na escola? Quais as vantagens pedagógicas para os alunos no desempenho escolar? A escola militarizada cumpre o compromisso social da educação? O professor cumpre o seu papel social ou apenas acomodou-se numa servidão voluntária? A justificativa para uma defesa da escola Militarizada pelo professor está realmente considerando os princípios constitucionais dos alunos?

Por esta razão de não observação de um contexto mais amplo, é possível inserir o comportamento institucional da escola militarizada ao que Goffman (GOFFMAN, 2001, apud FLICKINGER, 2018) denomina de “Instituição Total”, que é a instituição que possui normas que determinam a vida dos seus integrantes. Exemplificando isso na militarização, temos as normas quanto vestimentas e manifestações culturais (cabelos, proibição de usos de alguns adereços, etc), o que por uma visão pedagogicamente humanística pode ser considerada um comportamento institucional violento, pois não permite ao aluno construir uma ética da alteridade.

**Esquema 1:** pseudo *prática pedagógica* na militarização das escolas



**Fonte:** elaborado pelo autor.



O esquema acima apresenta a dinâmica das práticas da escola militarizada. Sabemos da veracidade da interferência dos fatores externos dentro das instituições escolares, por este fato, se os aspectos externos da escola não forem analisados, é impossível entender o discurso dos professores como uma visão humanística de educação. Sem índices de rendimento, desenvolvimento cognitivo e interações sociais não se pode apresentar a militarização como uma alternativa viável para a melhoria da formação integral de crianças e adolescentes.

Analisamos que em invés de contribuir para a emancipação humana, a militarização da escola camufla as contradições desiguais do modelo neoliberal. Restringe a função social da escola a uma dimensão do comportamento e da disciplina. Não estamos negando a questão do comportamento nas interações educativas, mas defendemos um comportamento construído dentro de um ambiente escolar ético que propicie tal resultado. Ou seja, nas reflexões de Tavares (2016):

A formação de personalidades éticas não ocorre por transmissão direta, nem é decorrente de um desenvolvimento maturacional, mas, sim, de um processo de construção nas interações do sujeito com o meio. Para que esse desenvolvimento ocorra, é necessário que a criança possa fazer experiências morais. A justiça, por exemplo, não se aprende apenas com lições ou teorias sobre o assunto, mas experimentando relações em que as regras são realmente necessárias e valem para todos, em que há a vivência de situações de justiça pautadas na igualdade e na equidade. O mesmo é válido para o respeito mútuo, o diálogo e a solidariedade. (TAVARES et al, 2016, p.206)

Entendemos que não podemos aceitar apenas este fator como justificativa para a defesa de um método escolar que está em acelerado crescimento, pois o fator comportamental deve estar ligado a fatores cognitivos, sociais e emocionais. Por vezes, os motivos de muitos educadores e pais defenderem a escola militarizada está na insatisfação com a própria educação e na ausência de tomadas de decisões sobre os rumos da escola de forma democrática.

Assim, tem-se respectivamente, uma desresponsabilização por parte do governo para com a educação: tem-se um professor desestimulado de acreditar nas melhoras educacionais (que passa de agredido à agressor, pois compactua com a violência institucional), e pais/responsáveis que acreditam em um discurso midiático de um modelo mais eficaz de educação. A consequência desse ocultamento poderá ser notada a longo prazo, quando for percebido que a comunidade se tornou escravo de um modelo mais perverso e violento.

Percebemos que aos poucos a responsabilidade pela educação está sendo transferida para a Secretaria de Segurança Pública que não tem responsabilidade legal e nem possuem



conhecimentos científico/pedagógicos para exercer a função. Segundo Santos (2016) existe uma advertência ao governo brasileiro na ONU sobre a militarização, um dos motivos é a preocupação com emprego de não-civis na educação, de pessoas sem preparo e conhecimento adequado para ocuparem cargos nas escolas.

De acordo com a teoria de Aquino (Aquino 1998, apud Ristum, 2010) faz-se necessário uma leitura institucional sobre a responsabilidade da instituição no crescimento das violências. Segundo ele, as instituições fazem um direcionamento da culpa a fatores exógenos e estruturais, isentando-se e esquecendo-se de toda e qualquer responsabilidade na construção dessa violência. As reflexões de Ristum (2010) induz que talvez essa seja a explicação do porquê das soluções pensadas para superação da violência caminham sempre na direção da política de segurança: levantam muros, colocam grades, aumentam o número de vigilantes e deslocam policiais para as escolas e nas imediações da comunidade.

Diante dos argumentos consideramos importante sinalizar que se a gestão militarizada é centrada no controle, na obediência, na hierarquização de poder e na negação dos conflitos seria ela a mais adequada aos princípios da *Constituição Federal* (1988); das *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica* (1996) e do *Plano Nacional de Educação* (20014-2024) para gerar qualidade? Ou estamos apenas fortalecendo os pilares de um projeto autoritário de educação para as classes trabalhadoras?

A confusão que está sendo feita sobre a militarização, a qual educadores e pais acreditam nesse modelo como um método educacional eficiente, quando não conseguem enxergar que ela é lançada como um escape aos problemas sociais de governos autoritários. É mais barato investir em um método de doutrinação em certa faixa etária dos estudantes, do que investir na livre construção intelectual do indivíduo crítico.

As eficiências que são empregadas a escola militarizada: “menor violência”; “maior disciplina” e “melhor rendimento escolar” são na verdade uma relação hierarquizada de poder, no qual o educador tende a considerar apenas os resultados imediatos, não o processo e suas consequências educacionais futuras. O olhar é de escape e não de qualidade.



## 1.1 O OLHAR NÃO CONTEXTUALIZADO DO EDUCADOR

Percebemos no discurso dos professores uma referência ao medo da violência relacionada à educação escolar. Os educadores sentem-se seguros com a presença dos militares e essa presença os fazem sentir mais valorizados e respeitados, isso pode ser considerado um argumento “suficiente” para uma defesa?

Para Ristum (2010) a violência se manifesta na escola em três dimensões ou tipos: a) a violência contra a escola caracterizada por precarização do trabalho docente, ausência de uma política de valorização social e financeira dos profissionais e da educação com um todo e os danos causados por pessoas ou grupos externos à escola; b) violência da escola, refere-se as práticas simbólicas institucionalizadas existentes. São as práticas autoritárias, de dominação e de submissão sobre os estudantes e professores. De acordo com Bourdieu (1989, pág.30) a violência simbólica é principal forma de violência gestada pela escola, ou seja, é como a educação é constituída pelo Estado; c) a violência na escola que trata de ações que envolvem diferentes atores escolares. São práticas violentas produzidas nas interações pedagógicas entre os sujeitos. O olhar sobre a violência não pode ficar restrito a violência produzida pelos estudantes ou comunidade. O Estado também gera uma violência estrutural e direta sobre os sujeitos da escola. Por exemplo: a violação dos princípios escolares que não são mantidos, conforme a art. 206 da Constituição Federal (1988) em que prever que a aprendizagem está acima da hierarquia e a superação as desigualdades sociais.

Para além desses fatores, analisamos a falta de conhecimento por parte dos professores sobre o tema violência. Todas as declarações dos entrevistados foram voltadas de maneira geral para a violência que “salta aos olhos” (incivildades, agressões verbais e físicas), denominada por Johan Galtung (1998) como Violência Direta. Entretanto, é necessária uma maior reflexão pedagógica sobre o tema, principalmente em um país como o Brasil, que possui uma sociedade inter e multicultural.

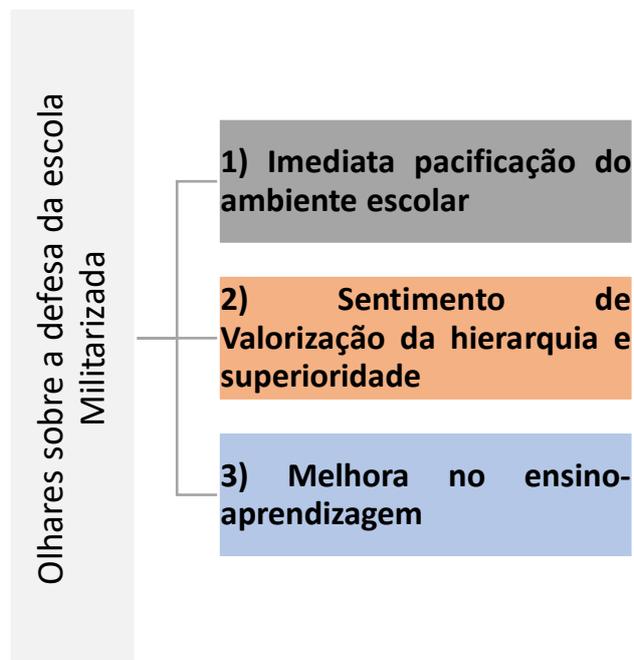
De acordo com a teoria de Johan Galtung, existem três tipos de violência: Direta, Estrutural e Cultural. A violência direta (a qual os professores fazem referência) é a que se refere ao um amplo leque de manifestações, incluindo violências físicas. Já a Violência Estrutural e a Cultural não foram abordadas pelos professores, porque estas estão sendo camufladas, respectivamente. Segundo Johan Galtung a Violência Estrutural refere-se às consequências de desigualdade e injustiça na sociedade e seus efeitos podem demorar a desaparecer. Já a Violência Cultural, por sua vez, está ligada aos fenômenos da língua, da raça, política e outros.



O que alguns educadores desconhecem é que esses três tipos de Violência estão em interconexão (não acontecem separadamente), e que não é possível debater a violência sem levar em consideração todas as suas manifestações e causas. Dessa maneira, se o professor trabalha na superação da violência direta sem trabalhar às demais violências, ele poderá se equivocar na superação dela.

Diante disso, foi possível identificar os fatores de maior importância para os professores entrevistados – defensores da escola militarizada no estado de Roraima, o que infelizmente, não traduz uma visão contextualizado sobre os processos constitutivos da Educação, que são eles:

**Esquema 2:** visão e sentidos dos professores defensores da militarização.



**Fonte:** elaborado pelo autor.

Depreende-se que parte dos professores não tendem a querer lidar com as pluralidades de ideias, como o prevista no art. 206 da Constituição Federal (1998), nem tampouco defender as igualdades sociais para melhorar a situação da Educação no país. As escolas com índices de maior violência estão localizadas em regiões esquecidas pelas autoridades, locais periféricos, já excluídos das políticas públicas. Acreditam ser mais descomplicado adotar uma posição de educação que busca pacificação, com um olhar direcional apenas para o condicionamento do comportamento.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração a questão inicial dessa investigação, apontada pela interrogação “que concepção de educação os professores que atuam em escolas militarizadas possuem? O estudo destacou que os professores que apoiam o colégio militarizado não possuem conhecimento sobre a totalidade da construção da violência na sociedade capitalista e neoliberal. Identificamos que os professores possuem uma concepção de educação disciplinadora, renunciando uma visão mais humanística de educação por questão de segurança no ambiente escolar. Em relação à melhoria na segurança nas escolas consideradas de região violentas, não negamos a importância da harmonia e da paz no ambiente escolar para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem, mas se submeter a um método disciplinador como proposta pedagógica de superação da violência, é renunciar a sua liberdade na decisão do modelo de educação emancipatória.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BORDIEU, P. O poder simbólico. EDITORA BERTRAND BRASIL. S.A. ISBN: 972-29-0014-5/. Rua Benjamin, 142, Glória – Rio de Janeiro – 1989.
- DECRETO Nº 25.974-E DE 24 DE SETEMBRO DE 2018. “**Dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral da Rede de Colégios Estaduais Militarizados do Estado de Roraima**”. Disponível em: [http://www.imprensaoficial.rr.gov.br/app/\\_edicoes/2018/09/doe-2018924.pdf](http://www.imprensaoficial.rr.gov.br/app/_edicoes/2018/09/doe-2018924.pdf).
- FLICKINGER, H. G. **Johan Galtung e a Violência Escolar**. Roteiro, Joaçaba, v. 43, n. 2, p. 433-448, maio/ago. 2018 | E-ISSN 2177-6059. Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/16095>>
- GALTUNG, J. **Frieden mit friedlichen Mitteln**. Opladen: Verlag für Sozialwissenschaften, 1998.
- RISTUM, M. **Violência na escola, da escola e contra a escola**. In: ASSIS, SG., CONSTANTINO, P., and AVANCI, JQ., orgs. *Impactos da violência na escola: um diálogo com professores* [online]. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora FIOCRUZ, 2010, pp. 65-93. ISBN 978-85-7541-330-2.

SANTOS, R. J. C. **A militarização da Escola Pública em Goiás.** Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Goiânia, 2016.

TAVARES, M. R. **Construção e validação de uma escala de valores sociomoraís.** Cad. Pesqui., São Paulo, v. 46, n. 159, p. 186-210. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742016000100186&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742016000100186&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em agosto de 2020.